



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Ex. mo Senhor Presidente

Assunto: Requerimento para realização de Audição de entidades no âmbito do combate ao tráfico de seres humanos e auxílio à imigração ilegal para exploração de trabalhadores imigrantes

A situação de milhares de trabalhadores imigrantes que vivem em Portugal sujeitos à maior exploração é uma situação intolerável que o país não pode permitir.

Empresas de trabalho temporário ou de prestação de serviços, contratadas por grandes empresas ou grupos económicos na área da agricultura ou da grande distribuição, empregam milhares de trabalhadores imigrantes a quem não são garantidos direitos e que vivem em condições da maior precariedade.

Desde a falta de direitos laborais, às condições de habitação indignas, estes trabalhadores são alvo de aproveitamento pela sua especial fragilidade social.

A forma como estes trabalhadores chegam a Portugal, aliciados por angariadores que prometem um conjunto de condições que depois não se verificam, e como são depois geridos como se de mercadoria se tratassem é inaceitável e incompatível com os valores constitucionais.

Muitos deles são angariados a partir de redes de auxílio à imigração ilegal e tráfico de seres humanos que recebem milhares de euros nos países de origem, prometendo “pacotes” que incluem a viagem, a regularização da situação documental e laboral, etc.

Frequentemente estas situações terminam numa desresponsabilização das empresas contratantes ou mesmo no incumprimento das suas obrigações perante os trabalhadores e o Estado português, deixando os trabalhadores em absoluto desamparo, o que tem provocado situações de verdadeira emergência social.

No entanto, o problema perpetua-se e as empresas de trabalho temporário ou de prestação de serviços sucedem-se, abrem e fecham, partilhando a mesma morada fiscal, com os mesmos donos, entre outras situações de absoluta impunidade.

Esta situação não é nova, já foi alvo de variados alertas e intervenções, no entanto não se tem resolvido nem há perspectiva de abrandamento tendo em conta os projetos agrícolas e outros em curso.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Grupo Parlamentar

É urgente intervir de forma integrada, determinada e eficaz, através do SEF, da ACT, da Segurança Social, da Autoridade Tributária e de outras instituições do Estado, no sentido de combater as redes de tráfico humano, agir sobre as sociedades agrícolas e outras de forma a assegurar e garantir a todos os trabalhadores as condições de trabalho, salários justos e condições de habitabilidade condignas.

Assim, o PCP requer a audição em Comissão das seguintes entidades:

- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**
- Autoridade para as Condições do Trabalho**
- Instituto de Segurança Social**
- Autoridade Tributária**

Assembleia da República, 19 de janeiro de 2023

A Deputada,

Alma Rivera